

CONTRIBUIÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

À DISCUSSÃO SOBRE A FORMAÇÃO DA(O) PSICÓLOGA(O)





CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

**Contribuições do Conselho
Federal de Psicologia à
discussão sobre a formação
da(o) psicóloga(o)**

Brasília, Agosto/2013
1ª Edição



Plenário responsável pela publicação

XV PLENÁRIO – GESTÃO 2011/2013

DIRETORIA

Humberto Cota Verona – Presidente
Clara Goldman Ribemboim – Vice-presidente
Aluizio Lopes de Brito – Tesoureiro
Deise Maria do Nascimento – Secretária

CONSELHEIRAS EFETIVAS

Ana Luiza de Souza Castro
Secretária Região Sul

Flávia Cristina Silveira Lemos
Secretária Região Norte

Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro
Secretária Região Centro-Oeste

Marilene Proença Rebello de Souza
Secretária Região Sudeste

Monalisa Nascimento dos Santos Barros
Secretária Região Nordeste

CONSELHEIROS SUPLENTES

Adriana Eiko Matsumoto
Celso Francisco Tondin
Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Maria Ermínia Ciliberti
Marilda Castelar
Roseli Goffman
Sandra Maria Francisco de Amorim
Tânia Suely Azevedo Brasileiro

PSICÓLOGAS CONVIDADAS

Angela Maria Pires Caniato
Ana Paula Porto Noronha
Márcia Mansur Saadallah



Este documento é integrado por:

1. Bibliografia

A partir da qual se problematizou a formação básica para o exercício da profissão em Psicologia considerando as demandas da sociedade brasileira.

2. Contribuições do Conselho Federal de Psicologia à Discussão sobre a Formação da(o) Psicóloga(o).

Texto que expressa a posição do CFP, Gestão 2011-2013, relativa ao âmbito da formação e que foi sumarizada a partir da Oficina Formação dos Psicólogos, de 23 de março de 2012.

Participaram da Oficina as seguintes convidadas ad hoc:

- Raquel Guzzo;
- Ana Lopes;
- Carmen Velanga;
- Marília Ancona Lopez;
- Angela Soligo;
- Monica Gianfaldoni.

E as seguintes Conselheiras Federais:

- Angela Caniato;
- Deise Nascimento;
- Marilda Castelar;
- Tânia Brasileiro.

1. Bibliografia

ABED – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia. **Psicologia:** Ensino e Formação.

ALVES, Carolina Martins P.; CORRÊA, Fernanda P.; SOARES, Jéssica B.; MIARELI, Amanda; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SERRALHA, Conceição A. **Formação em Psicologia:** a experiência de estudantes de graduação na atuação em grupos com educadores. Rev. SPAGESP vol.11 nº1. Ribeirão Preto jun. 2010

AZZI, Roberta G.; GIANFALDONI, TIEPPO, Mônica H. **Psicologia e Educação.** 1 ed.São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, v. 1.

BOARINI, Maria Lúcia. **A formação do psicólogo.** Psicol. estud. vol.12 no.2 Maringá May/Aug. 2007

BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. **Psicologia, diretrizes curriculares e processos educativos na Amazônia:** um estudo da formação de psicólogos. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 14, Número 1, Janeiro/Junho de 2010: 105-120.

COIMBRA, Cecília M. B. **Psicologia e política:** a produção de verdades competentes.

CARVALHO, Maria Teresa de Melo; SAMPAIO, Jáder dos Reis. **A formação do psicólogo e as áreas emergentes.** Psicol. cienc. prof. vol.17 no.1 Brasília 1997

DANTAS, Jurema B. **Formar psicólogos:** por quê? Para quê? Fractal: Revista de Psicologia, v. 22 – n. 3, p. 621-636, Set./Dez. 2010

FARIAS, Leônidas D. de. **A filosofia marxiana e a formação do psicólogo.** revista Plural, FCH-Fumec, n ° 31, p. 55 à 68.

FERREIRA NETO, J. L., & Penna, L. M. D. (2006). **Ética, clínica e diretrizes: A formação do psicólogo em tempos de avaliação de cursos.** Psicologia em Estudo, 11(2), 381-390.

GUERREIRO-CASANOVA, Daniela e POLYDORO, Soely. **Integração ao ensino superior:** relações ao longo do primeiro ano de graduação. Psicol. Ensino & Form. [online]. 2010, vol.1, n.2, pp. 85-96.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; JABUR, Fabio; RODRIGUES, Heliana de Barros C. Clio-Psyché: **Histórias da Psicologia no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

MAIA, Ari Fernando. **Apontamentos sobre ética e individualidade a partir da Mínima Moralía.** Psicol. USP, 1998, vol.9, no.2, p.151-177.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **O papel do Psicólogo.** IN: MARTÍN-BARÓ: Estudos de Psicologia. Brasil, v.02, n. 01. pp. 7-27.1996.

MARTINS, Alberto M. **A Formação em Psicologia e a percepção do meio rural.** Psicol. Ensino & Form. vol.1 no.1 Brasília abr. 2010

MARTINS, Karla Patrícia H.; MATOS, Tereza Gláucia R.; MACIEL, Regina Heloisa M. O. **Formação em psicologia e as novas demandas sociais:** relato dos egressos da Universidade de Fortaleza. Rev. Mal-Estar Subj. vol.9 no.3 Fortaleza set. 2009

MAZER, Sheila M.; MELO-SILVA; Lucy L. **Identidade profissional do psicólogo:** uma revisão da produção científica no Brasil. Psicol. cienc. prof. vol.30 no.2 Brasília 2010

MELLO, S.L. & PATTO, M.H.S. **Psicologia da Violência ou Violência da Psicologia?** Psicologia USP, São Paulo, out/dez.2008. 19(4).591-594.

MÜLLER, Ana Cláudia; DIAS, Ana Cristina Garcia. **O Psicólogo na Rede Pública de Saúde:** Um estudo sobre a Formação e a Atuação Profissional. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 1 (1), 54-66. 2008.

NORTE. Carlos Eduardo; MACIEIRA, Raiana M.; FURTADO, Ana Lucia de L. **Formação: ética, política e subjetividade na Psicologia.** Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia, 2010. 200 p.

PAULIN, Tathiane; LUZIO, Cristina A. **A Psicologia na Saúde Pública:** desafios para a atuação e formação profissional. Revista de Psicologia da UNESP, Vol. 8, No 2 (2009)

PENTEADO, Thaís C. Z.; GUZZO, Raquel S. L. **Educação e psicologia: a construção de um projeto político-pedagógico emancipador.** Psicologia & Sociedade; 22 (3): 569-577, 2010

RABELO, Fabíola de Lourdes Moreira; FERNANDES, Marconi Moura Vinícius Bretz Rodrigues; LOUBACK, Enildo Calixto. **Formação em psicologia: entraves e caminhos**

QUAYLE, Julieta. **Reflexões sobre a formação do psicólogo em psicoterapia:** estado da arte e desafios. PSICOLOGIA: ENSINO & FORMAÇÃO | 2010, 1(1): 99-110

SCARCELLI, Ianni R.; JUNQUEIRA Virgínia. **O SUS como desafio para a formação em psicologia.** PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2011, 31 (2), 340-357

SOUZA, V. L. T. **Psicologia e Compromisso Social:** reflexões sobre as representações e a identidade do Psicólogo escolar-educacional. Revista Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas , v. 1, p. 14-34, 2009.

WEBER, Silke. **Currículo mínimo e o espaço da pesquisa na formação do psicólogo.** Psicol. cienc. prof. vol.5 no.2 Brasília 1985

YAMAMOTO, Oswaldo H. COSTA, Ana Ludmila F. Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil. Natal, RN: EDUFRRN, 2010.

CONTRIBUIÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA À DISCUSSÃO SOBRE A FORMAÇÃO DA(O) PSICÓLOGA(O).

Dr^a Angela Caniato - Coordenadora do Grupo de Trabalho Formação / Conselho Federal de Psicologia¹

Resumo

Este texto reflete dois momentos de um processo realizado pelo GT Formação do CFP – Gestão 2011-2013, a saber: uma revisão bibliográfica e uma oficina que teve caráter dialogal, em que seus componentes puderam livremente expressar parte de suas preocupações acerca da formação do psicólogo à luz da relação com a produção científica e a profissão. Essa relação foi problematizada levando em conta elementos da sociedade brasileira atual e suas injunções nas subjetividades dos indivíduos. O objetivo que fundou esse processo foi o de delinear algumas questões emblemáticas que pudessem servir de orientação ao futuro do processo de formar jovens para o exercício de uma Psicologia comprometida com as questões sociais presentes em nosso cotidiano e que se constituem como um desafio à ciência e à profissão psicológicas.

Apresentação

Este documento expressa, de modo sumarizado, a reflexão empreendida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) – Gestão 2011/2013 – com relação à formação do psicólogo brasileiro, cuja proposta está expressa no Plano Estratégico de 2012, amplamente debatida quando de sua elaboração.

A preocupação com a formação já houvera sido uma das teses do VII Conselho Nacional de Psicologia (CNP) de 2010 -“Psicologia e Compromisso

1 - Integraram o GT Formação do Conselho Federal de Psicologia a atual e a ex-presidente da ABEP – respectivamente, Prof^a Dr^a Angela Soligo e Mônica Gianfaldoni – e os Convidados Ad Hoc, indicados pela Plenária do CFP, -Prof^a Dr^a Raquel Guzzo, a Prof^a Dr^a Marília Ancona Lopes e a Prof^a Dr^a Carmen Velanga e eu “conselheira convidada” Prof^a Dr^a Angela Maria Pires Caniato.

com a Promoção de Direitos. Um Projeto Ético-Político para a Profissão” (Caderno de Deliberações, CFP. Brasília, 03 a 06 de junho de 2010, p.45) em que fica explícita o compromisso de

Fazer gestões nos diversos órgãos envolvidos com a formação de psicólogos, a fim de realizar seminário nacional para discussão de formação profissional.


Implementar o debate com profissionais e acadêmicos(as) em temas que contemplem a realidade atual.

(...)

Promover a discussão, juntamente com a ABEP, sindicatos, coordenadores de curso de graduação, supervisores e responsáveis técnicos... (p.45)

Não é fácil delimitar o âmbito e limites de iniciativa/cooperação entre as instituições científicas e acadêmicas e as de regulação das atividades ético-políticas do profissional da Psicologia, em especial quando se leva em conta os ideais de preservação e compromisso com o ser humano que cada uma dessas entidades deve preservar.

Quem atua no meio científico convive com uma diversidade grande de teorias e práticas que expressam visões antagônicas de homem e, em que pese os supostos ideais de neutralidade da ciência, todas as teorias psicológicas estão atravessadas pelo determinismo histórico. De uma forma mais ou menos visível, muitas dessas teorizações/ações respondem a interesses sociais, ética e politicamente preservadores do “*status quo*” econômico, muitas vezes antagônicos aos ideais de felicidade e preservação da vida dos seres humanos. Qual a função do CFP nesse compromisso com a preservação da dimensão humana de homens e mulheres que vivem em sociedade, de suas exigências de sobrevivência e da recuperação de seu papel de agentes da cultura? Como delimitar as trocas possíveis e os limites de intercâmbio entre essas distintas instituições é tarefa complexa e nem sempre é fácil...



A contingência imediata da formação do profissional na Psicologia e do pesquisador da ciência psicológica não está diretamente vinculada ao Conselho Federal de Psicologia. São outras instâncias da sociedade as responsáveis por essa questão, tais como as redes e os centros universitários, e as associações científicas e profissionais, tais como a ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia) e a ANPPEP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia). Isso não exige o CFP de estar atento e preocupado em cooperar com a formação do psicólogo, mesmo porque é sua condição ser uma autarquia pública que regula eticamente a prática profissional do psicólogo e tem compromisso político com os indivíduos-cidadãos. Assim, interage em um contato próximo com o profissional da Psicologia e por meio dele tem o dever de preservar a dignidade humana. É, então, nesse diálogo que emergem as preocupações com a formação do psicólogo e tais preocupações integram o arcabouço político e o compromisso ético de sua função regulatória: se impõe, portanto, a obrigação de estar atento às condições de formação do profissional da Psicologia, preocupado com o respeito às demandas psicossociais dos indivíduos e às necessidades que a população tem dos serviços desse profissional.

O Grupo Trabalho Formação, integrado ao Desafio III – 3.1.1 do Plano Estratégico do Conselho Federal de Psicologia para 2012 – “Construção de referências para a formação científica, política e ética da Psicologia em diversas áreas”, vem tendo como objetivo o aperfeiçoamento político do diálogo com a ciência e a formação de psicólogos e psicólogas. Vem estando atento às exigências de ações do profissional da Psicologia que respondam às necessidades dos processos de inteireza individual/coletiva e que propiciem ações-sujeito que sejam emancipatórias, diante da opressão e diferentes expressões da violência que atravessam a vida dos indivíduos na sociedade contemporânea.

Nas tarefas definidas para o ano de 2012 emergiu como fundamental a produção de um documento que apontasse alguns princípios norteadores que incentivassem as inquietações/indagações sobre a formação e formação e o papel da categoria dos psicólogos. Esse documento deveria conter algumas questões pertinentes que despertassem o exercício de pensar a formação e encaminhamentos práticos para o envolvimento de

diferentes setores envolvidos direta ou indiretamente com esta questão – formar psicólogos para a realidade brasileira.

Em função desse posicionamento e dos limites em que se situam as obrigações do CFP na questão da formação, entendemos que para que possa haver a sensibilização da categoria dos psicólogos para as questões da formação-demandas psicossociais, torna-se imprescindível a mediatização das instituições do tipo ABEP e ANPPEP.

Não há dúvidas que o CFP necessita dessas articulações com entidades diretamente envolvidas com a formação profissional e de pesquisadores na Psicologia, mantendo, no entanto, a sua função ético-política com a formação dos psicólogos e permanecendo fiel ao compromisso social com quem nasce e vive na realidade brasileira. É uma ligação com a formação mais mediata e que subentende uma capacitação profissional anterior, porque o vínculo é com profissionais da Psicologia e, não, com acadêmicos ou pós-graduandos que ainda estão na Academia. Porém, essa vinculação deve ser suficientemente consistente para que exista um efetivo atravessamento pela dimensão ético-política, isto é, uma preocupação esclarecedora para uma melhor identificação das demandas psicossociais dos indivíduos.

Esse é um questionamento/alerta, mesmo por que o próprio psicólogo não está invulnerável a ser cooptado pelos ditames da sociedade do consumo, mesmo sem o saber, inconscientemente. Levantar algumas indagações que despertem a criticidade do profissional com relação a sua prática é um dos objetivos deste texto e para tal fornecer alguns indicadores para uma atuação mais crítica e politicamente engajada.

≡ O CFP e a formação básica: marcadores e apontadores.

As articulações do Conselho Federal de Psicologia com as entidades de formação básica do psicólogo brasileiro – as IES – e da pós-graduação, que formam os pesquisadores e professores do ensino superior, devem se efetivar como um diálogo que possa resultar numa valoração da dimensão ético-política na Psicologia. Entretanto, há de se entender que as mudanças na Academia assim como no campo profissional são lentas e exigem respeito/acolhimento às colaborações dos parceiros envolvidos,

sabendo-se que só por meio do diálogo é possível avançar na dialética mudança- manutenção.

Um dos elementos a ser destacado refere-se à *questão do currículo de formação profissional*. O currículo acadêmico é importante, mas anterior a ele está um *projeto ético-político de formação para a área*. Um currículo tem uma visão de homem e uma dimensão política pré-definidas e que são imanentes e sustentam o fazer cotidiano da instituição formadora. A suposta neutralidade da ciência é um dos grandes problemas na formação do psicólogo brasileiro no que se refere à identificação do direcionamento ético político que permeia determinada teorização. Há de se pensar, também, na interferência da ideologia que ofusca a identificação dos valores psicossociais que estão sendo espalhados na formação teórica e prática do psicólogo. A ausência de uma discussão política, que aprofunde a resposta às questões para que e para quem a Psicologia existe no Brasil, atravessa a formação acadêmica em alguns cursos de graduação oferecidos no país e que podem desembocar em práticas alienadas. Nessas circunstâncias, há um abismo entre a teoria e a prática conduzente à cristalização das teorias ensinadas e que se aprofunda com a ausência de diálogo quando não são relacionadas as possíveis carências da formação e as exigências da realidade de trabalho do profissional.


Assim vai aumentando a distância que existe entre poder identificar a direção ética-política que está sendo atualizada na prática e a preocupação de estar respeitando/atendendo às exigências individuais, vinculares e do coletivo de indivíduos. Essas dificuldades atravessam os diferentes níveis da formação (graduação e pós-graduação) e as práticas cotidianas dos psicólogos. Facilmente profissionais bem intencionados resvalam para ações que sustentam à manutenção do status-quo opressivo em detrimento de uma prática emancipatória. Por outro lado, a prática também suscita no profissional questionamentos que desembocam num certo saber emancipatório que deve ser repassado/acolhido pelos acadêmicos, podendo fazer avançar o pensamento crítico que circula entre os acadêmicos em formação e os profissionais da Psicologia.

O currículo e o projeto político-pedagógico, do qual é consequência, são elementos importantes para a formação profissional dos estudantes

que escolhem a Psicologia. No entanto, o papel do Sistema Conselhos da Psicologia é decisivo neste quesito porque, a despeito do movimento da categoria por uma articulação entre a formação e a realidade que construiu as Diretrizes Curriculares, desde o final dos anos 1980, a situação atual ainda é bastante contraditória: as diretrizes para a formação profissional tem um discurso que dialoga com a realidade, fundado em consolidadas justificativas e fundamentos teóricos; no entanto, muitas instituições de ensino superior não realizam o que está escrito em seu projeto político-pedagógico. Uma coisa é o que dizem, outra coisa é o que concretizam no dia a dia nas salas de aula e espaços de formação.

A outro marcador importante nesta questão são as *diferentes posições sociais e políticas entre psicólogos e formadores de psicólogos* em relação ao que significa, o que tem sido, historicamente, a Psicologia em relação à realidade social e econômica que vivemos. A Psicologia como ciência e profissão tem um compromisso com um determinado tipo de sociabilidade, com uma determinada política. Por isso, falamos que a Psicologia tem um compromisso social; mas resta saber em que direção se fazem esses pactos, a que tipo de vínculo social ela está posta a serviço. São várias as psicologias; mas a verdade é que formamos um profissional sem haver clareza de qual será seu perfil de atuação psicossocial. Nem mesmo ele está ciente se a Psicologia que difunde é ou não elitista, em especial se trabalha com clientes privados. Há aqueles que buscam alternativas a esta realidade, como a dos serviços públicos – saúde pública, assistência social, educação pública – mas sentem-se ainda impotentes e despreparados para a atuação na realidade, pois seu curso de formação não fez diferenciação para as demandas de classe diferenciadas. As produções científicas continuam sendo difundidas desconsiderando os sujeitos-das-demandas (apolíticas/pautadas na neutralidade científica). Até mesmo as diretrizes curriculares estão sendo ignoradas e os fundamentos filosóficos das nossas ideias são os mesmos que antes dessas diretrizes curriculares: não mudamos as raízes. Enfim, uma das colaborações possíveis do CFP seria mapear, de modo absolutamente crítico, o que vem sendo a formação do psicólogo brasileiro.

Esse tipo de questionamento não preocupa muito as Instituições Educacionais formadoras (IES). Na maioria das vezes, elas secundarizam



a definição do tipo de profissional que estão ou desejam formar e nem valorizam as diretrizes psicopolíticas que atravessam a teoria e a prática acadêmicas. É muito pouco frequente uma análise dessas atividades e das demandas da clientela a ser atendida. Certas especializações acabam sendo privilegiadas de forma avantajada (como é o caso da clínica), enquanto que outras áreas significativas para o acompanhamento do desenvolvimento dos indivíduos vão sendo deixadas cair na obsolescência e que são acolhidas sem questionamento por setores institucionais do ensino: esse é o caso, agora, da Psicologia Escolar, que vem entrando, em um processo de secundarização programada. Essas defasagens são relegadas para um segundo plano pelos projetos das IES que não se colocam politicamente, não definem uma exigência específica para a formação de um determinado tipo de profissional ou que não pensam nas imbricações teórico-práticas do tipo de profissional que possa ter a adjetivação de psicólogo generalista. Com isso, os estudantes acabam sem saber o que é importante reconhecer na realidade e que ferramentas profissionais o ajudam no trabalho. Vale aqui lembrar que as diferentes teorias servem a diferentes propósitos, elas foram formuladas por diferentes pessoas, em diferentes momentos históricos para uma análise e intervenção a partir de específicas visões éticas e políticas.

Os psicólogos que hoje atuam na formação dos profissionais da Psicologia na graduação ou professores de Psicologia na pós-graduação devem ser, também, considerados se queremos mudar a formação. Precisamos entender a leitura que esses professores fazem do mundo que nos rodeia e a leitura que seus alunos fazem do contexto sócio-político contemporâneo. Se não tivermos essa prévia leitura, estaremos envolvidos em uma postura preconceituosa que contaminará qualquer abordagem de análise ou de intervenção junto a essa população, além de estarmos sem poder identificar o rumo a ser tomado na orientação/cooperação, tanto com esses profissionais quanto com a população por eles atendidas. As vezes, usamos uma determinada teorização mas, se desconsideramos suas bases ética e política, não temos condições de analisar a epistemologia que sustenta a teorização e sua perspectiva transformadora ou não. Precisamos reconhecer que a Psicologia é uma ferramenta com um poder


ideológico muito forte e muito confundida na relação com a linguagem do senso comum, atravessada de “falsas verdades ou mentiras manifestas” (Theodor Adorno). Enquanto não discutirmos o componente ideológico de um currículo, permaneceremos com “belíssimas” diretrizes curriculares sem que os estudantes formados possam efetivamente transformar a realidade pelos serviços profissionais que desenvolvem.

Não podemos ignorar que existe um descompasso entre o que é a demanda real dos indivíduos, às vezes mais específica e a demanda geral para a qual o trabalho do psicólogo vem se dirigindo. As pessoas estão tomando consciência de que o profissional de Psicologia pode ser um profissional diferente do que aquele que está servindo a um determinado contexto social. Tomamos, como exemplo, a relação psicossocial como constitutiva do psiquismo: necessariamente, nela está embutida uma ou outra perspectiva teórica- política específica. Não se trata, simplesmente, do psicólogo de um lado e o assistente social/sociólogo do outro, que é o que a maioria das pessoas entende. O psicossocial é uma ruptura ao modelo hegemônico da Psicologia, é uma ruptura crítica. Se não entendemos porque isso aconteceu, como isso aconteceu, nós vamos continuar a reproduzir o modelo anterior da Psicologia, mesmo usando o termo psicossocial ao lado das práticas comuns da Psicologia.

■ Entraves para uma formação crítica na Psicologia

Podemos destacar alguns pontos que se constituem num entrave para uma formação crítica na Psicologia. O primeiro entrave é exatamente a dificuldade que estudantes e seus professores têm de fazer uma análise de conjuntura, ou seja, nem sempre são identificados com clareza os parâmetros utilizados para retratar o contexto social, político e histórico que está atuante na vida social e em que vão atuar. Aprender a fazer uma análise contextual é fundamental para a tomada de decisões/intervenções profissionais de natureza ética e política.

O segundo ponto é que a nossa formação, quer dizer, a formação dos psicólogos brasileiros nos cursos de Psicologia hoje, não relaciona a intervenção às suas consequências no indivíduo e para a vida em sociedade. Tornar desnecessária essa avaliação é uma maneira sutil de



encobrir o tecnicismo – virarmos apenas técnicos que seguimos alguns parâmetros teóricos – isto é, apenas aprender a fazer sem avaliar a consequência dessa ação. O ser humano precisa de amparo (Freud) o que subentende uma relação dual e de troca quando se efetua o contato entre os indivíduos. Torna-se imprescindível que o estudante/profissional da Psicologia dialogue consigo próprio para analisar no que interferiu na vida do outro, o caminho que no psiquismo do outro pode ter tomado a sua intervenção. Pelo menos, a existência dessa atitude nos estágios de formação poderá reverter em interessantes preocupações e análises a serem devolvidas nos programas dos cursos de Psicologia. Da mesma forma, na avaliação dos resultados de determinados atendimentos- feitos, por exemplo, com crianças com problemas familiares- é oportuno que seja feito um questionamento criterioso e crítico do atendimento específico efetivado com a criança e seus familiares, que possa oferecer respostas quanto aos benefícios auferidos por eles com esse atendimento.


O terceiro ponto, que tem a haver com a Formação, é a questão da posição do profissional da Psicologia com relação às demandas psicossociais dos indivíduos. Será ou qual é o nível de crítica que os psicólogos vem desenvolvendo sobre os prejuízos causados aos indivíduos pela sociedade contemporânea? A postura que está expressa nesse documento e que defendemos, parte de uma crítica à sociedade do consumo em que tensionamos a relação indivíduo-sociedade. Nossa posição é a de que vivemos na contemporaneidade numa sociedade impregnada de preconceitos sobre as classes subalternas, em que a vida em sociedade está contaminada de uma violência simbólica (indústria cultural – Theodor Adorno) que deteriora as relações dos indivíduos entre si - quer seja pela competição ou pela solidão do individualismo - e que atinge a consciência de cada um dos indivíduos na deteriorização de suas capacidades de pensar com criticidade e envolver-se emocionalmente.

Como exemplo, reflitamos um pouco sobre o uso das técnicas de diagnóstico psicológico. Embora exista o cuidado do CFP com a análise desses instrumentos de avaliação psicológica, ressaltamos que o profissional precisa ter cuidado de saber o que quer avaliar para pode selecionar o instrumento diagnóstico a ser utilizado, assim como ter o

domínio da teoria que embasa os quesitos desse teste. Além do mais, há demandas de análise que não são acessíveis ao uso de testes psicológicos que precisam ser identificadas antes da seleção do instrumento. Todo esse processo de tomada de decisões exige competência teórico-técnica do psicólogo que deveria ser garantida por uma formação bem consolidada. Está nas mãos do psicólogo a decisão do-que-fazer? Um determinado instrumento não serve para um determinado tipo de análise por que o fenômeno não pode ser quantificável ou levar em conta a inexistência de escala de medida para o processo psíquico em avaliação. O psicólogo vem tendo firmeza profissional para gerenciar esse tipo de cuidados e decisões?

Não se pode tomar decisões profissionais sem bases científicas e ético-políticas sólidas. É preciso muita leitura, estudos e pesquisas nos cursos de formação básica e buscar esclarecer as dúvidas e os questionamentos suscitados no envolvimento direto com o conhecimento psicológico e suas diferentes práticas. É preocupante o que vem ocorrendo em algumas áreas de atuação do profissional da Psicologia em que o campo do profissional vem, cada vez mais, sendo gerenciado por leigos (administradores de empresas, juízes) que tem o poder hierárquico para “exigir” que o psicólogo faça e diga o que esse superior deseja que prevaleça.

O quarto ponto elencado é bastante enigmático: é a relação da pesquisa com essa formação e essa prática. A Psicologia, enquanto ciência, tem um status diferenciado e um papel de destaque dentro da nossa sociedade. Porém esse posicionamento, não se fundamenta em sua dimensão prática ou, melhor dizendo, numa valoração de busca de respostas que deem subsídios para as questões psicossociais vividas pelos indivíduos em atendimento. Isso significa dizer que o mote do fazer pesquisa não é o de responder às demandas individuais e das práticas com indivíduos/grupos. Por isso, é preciso rever a relação da graduação com a pós-graduação, reduzindo o abismo que existe entre a pesquisa, a formação e a prática profissional. É importante o diálogo com as instituições reguladoras da pós-graduação, entre os profissionais da Psicologia que compõe o quadro da formação de professores de Psicologia e àqueles da formação do profissional de Psicologia. Essa aproximação está sendo feita a duras penas, as distâncias são muitas... Talvez a maior delas seja uma não-



necessidade fundante dessas trocas postulada pela neutralidade da ciência. Apesar de conduzente ao engano e a mentiras, prevalece o pensar a pesquisa em Psicologia como não-neutra e como “ciência pura”. Há uma negação orquestrada de poder ser a Psicologia uma ação humana com intencionalidade política. Na contra mão dessa postura, haverá de existir pesquisadores que não se distanciem da realidade histórica e que sejam compromissados com as demandas dos indivíduos e que possam vir a ocupar espaço nas agências reguladoras e nas agências financiadoras de pesquisas.

Por último, as políticas educacionais servem a uma agenda neoliberal que institui as demandas para os países como o Brasil, de capitalismo periférico. Este é um mecanismo global de manutenção desta lógica econômica: os *Lattes* dos profissionais-pesquisadores, a pontuação de artigos e livros e o produtivismo na ciência são exemplos que marcam o modelo neoliberal na ciência e na formação. As IES e as faculdades - que cada vez mais proliferam no âmbito do privado - respondem a essa lógica; portanto poucas outras perspectivas nos restam a não ser trabalhar segundo essa agenda ou deveremos tentar tomar um outro rumo? Essa proposta está posta esperando quem assuma de frente esta discussão.

O que nós estamos discutindo aqui são os temas que nós abordamos na Oficina de Formação dos Psicólogos de 23 de março de 2012. É um pequeno passo mas que, possivelmente, pode se constituir como a estrutura de uma construção conjunta. Nós estamos em um dos nossos espaços – o CFP. Se já temos uma pós-graduação constituída, porque não trabalhamos em conjunto, como gestores da formação, como sujeitos políticos? Mas estamos distante das discussões políticas na ciência, a despeito de dizermos o contrário... O máximo que grupos como esse nosso conseguiu até agora foi oferecer uma frente ainda que pequena de resistência.

O Estatuto da Psicologia como ciência e o Estatuto da Psicologia como profissão pode ser o primeiro tema. Será preciso uma análise político-ideológica de fôlego, pois a Psicologia surge em um determinado momento histórico e em um determinado espaço geográfico e tem toda uma história de compromisso com uma determinada formação da

sociedade. Na maioria das vezes, o psicólogo que temos formado não é agente de mudança, ele é agente de manutenção do *status quo*. Ele mantém a ordem social. Se queremos uma mudança é preciso definirmos qual a mudança e em que direção, pois não basta dizer do compromisso social da Psicologia e falar do psicólogo como agente de mudança. Por isso, é preciso definir o papel do psicólogo na sociedade brasileira e latino-americana. É neste contexto brasileiro e para este contexto que devemos formar o psicólogo – uma realidade econômica de desigualdades, opressão, preconceitos de diferentes ordens, homofobia, violência contra as mulheres, crianças, realidade de exclusão social, de falta de direitos. Existem políticas educacionais conservadoras em que se enquadra a formação do psicólogo, do advogado e de outros profissionais da área das ciências humanas e nós pertencemos à mesma orquestra, estamos todo mundo sob a mesma regência. Não existem políticas de formação sem a análise do contexto social em que ela é gerada.

É preciso fazer a crítica dessa orquestra. Como e onde vamos nos diferenciar e sair dessa tutela? Parece que nós ainda não formulamos, de modo consistente, que psicólogos precisamos queremos formar...

Brasília , 23 de março de 2012.





Conselho
Federal de
Psicologia

